

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

Processo n.º: 202101785-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins

Interessado: João da Cunha Rocha

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2021

EMENTA: CONSULTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. NOVO MARCO REGULATÓRIO LEGAL. TERMO ADITIVO. INCLUSÃO DE OBRIGAÇÃO PARA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS A PARTIR DA LEI FEDERAL N.º 14.026 DE 15 DE JULHO DE 2020, QUE ATUALIZA O MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO E ALTERA A LEI FEDERAL Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000. NECESSIDADE DE ALIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS VIGENTES.

1. As inovações assentadas pelas normas federais de regência impõem aos entes públicos a revisão e/ou atualização dos contratos de concessão de serviços de saneamento, destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados junto à população.

2. Dentre as medidas autorizadas por lei, para a adequação dos serviços de saneamento básico, está autorizada a celebração de termos aditivos aos contratos vigentes.

3. Os processos e contratos de concessão de serviços públicos vigentes, ainda que não comportem custos diretos, arcados pelo erário municipal deverão ser alimentados nos sistemas informatizados do TCMPA, assegurando-se transparência e fortalecimento do controle externo.

4. Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (ato 23).

Vistos e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, resolvem os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta fixada, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **19 de maio de 2021**.


Conselheiro **Antonio José Guimarães**
Presidente da Sessão


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros José Carlos Araújo, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão e Lúcio Vale. Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. Procuradora Elisabeth Massoud Salame de Silva.



RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

Processo n.º: 202101785-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins

Interessado: João da Cunha Rocha

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2021

RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de **CONSULTA** formulada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS**, no exercício de 2021, subscrita pelo Sr. JOÃO DA CUNHA ROCHA, Prefeito Municipal, com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, autuada neste TCM-PA em **08/03/2021**, onde pugna pela manifestação deste TCM-PA, quanto à legalidade e validade de formalização de termo aditivo para inclusão de obrigações contratuais à empresa Concessionária de Serviços de Saneamento Público Municipal, atinentes à ampliação e modernização da prestação dos serviços, conforme quesito a seguir transcrito:

"Conforme entendimento desta Corte, é lícita a formalização de termo aditivo sobre o contrato inicialmente pactuado, para incluir dentre as obrigações da concessionária a ampliação, aperfeiçoamento e modernização da estrutura utilizada para a prestação de serviços de abastecimento de água?"

Os autos foram recebidos em Gabinete, seguindo à apreciação da Diretoria Jurídica, desta Corte de Contas, para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes deste **TCM-PA**, que atendessem à solicitação em questão, no que foi elaborado o **Parecer n.º 096/2021/DIJUR/TCM-PA¹**, que torno parte integrante do presente relatório, transcrevendo-o nos seguintes termos:

¹ Da lavra do Dr. Raphael Maués Oliveira (Diretor Jurídico).

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

I – DO OBJETO DA CONSULTA:

Em síntese, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins consigna em sua consulta (fls. 01-02), questionamento quanto à formalização de termo aditivo para inclusão de obrigações da empresa Concessionária, atinentes à ampliação e modernização da prestação do serviço:

- a) ***“Conforme entendimento desta Corte, é lícita a formalização de termo aditivo sobre o contrato inicialmente pactuado, para incluir dentre as obrigações da concessionária a ampliação, aperfeiçoamento e modernização da estrutura utilizada para a prestação de serviços de abastecimento de água?”***

Traçadas tais considerações preliminares, passaremos a apreciação da matéria posta, sob a forma de parecer jurídico, nos termos do art. 55, inciso IV da Resolução Administrativa n.º 01/2021/TCMPA.

II – DA ADMISSIBILIDADE E RELATORIA:

No tocante à admissibilidade da consulta, o **Regimento Interno do TCM-PA (Ato 23)** disciplina os critérios de admissibilidade das consultas, a qual recai ao Conselheiro-Relator, conforme dispositivo a seguir transcrito e destacado:

***Art. 231.** O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da LC n.º 109/2016, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:*

***I** - ser formulada por autoridade legítima;*

***II** - ser formulada em tese;*

***III** - conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;*

***IV** - versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.*

***§1º.** A consulta formulada pelos Chefes de Poderes Municipais e demais ordenadores de despesas, vinculados à administração direta ou indireta, deverá, sob pena de inadmissibilidade, ser instruída por parecer jurídico ou técnico emitido pela Procuradoria Municipal; assessoria técnica ou jurídica do órgão ou entidade consulente, opinando acerca da matéria objeto da consulta;*

***§2º.** A critério do Relator, observada a complexidade da matéria submetida sob a forma de consulta, poderá ser dispensado o requisito de admissibilidade fixado no § 1º, deste artigo.*

***Art. 233.** Após a devida autuação, os autos serão remetidos ao Conselheiro Relator com prevenção para o município vinculado, nos termos da distribuição vigente, competindo-lhe o exame preliminar de admissibilidade e regular processamento.*

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

§1º. Quando a consulta não estiver vinculada, por prevenção, a um Conselheiro, a admissibilidade será efetuada pela Presidência, sendo distribuída por sorteio, na sessão plenária imediatamente seguinte ao seu processamento.

§2º. Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.

§3º. Ressalvada a hipótese mencionada no parágrafo anterior, referindo-se à consulta sobre caso concreto ou não preenchendo quaisquer dos demais requisitos de admissibilidade, o Conselheiro Relator ou o Presidente, na hipótese do § 1º, determinará seu arquivamento por meio de julgamento monocrático fundamentado.

Neste sentido, conforme o artigo supracitado, denota-se que o Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas formuladas, desde que cumpridos, preliminarmente, os requisitos cumulativos expostos nos dispositivos regimentais transcritos.

No que concerne aos legitimados para formulação consultiva, estes estão previstos no rol taxativo dos **incisos I a VII, do art. 232, do RITCM-PA, in verbis:**

Art. 232. Estão legitimados a formular consulta:

I - o Prefeito;

II - o Presidente da Câmara Municipal;

III - os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV - os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V - as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

VI - as entidades associativas, federativas e confederativas, bem como as entidades do terceiro setor, incluídas no rol de jurisdicionados deste TCMPA, por imperativo de Lei ou deste Regimento Interno;

VII - os demais ordenadores de despesas, sob jurisdição deste TCMPA.

Destarte, é requisito imprescindível para a admissibilidade das consultas formuladas perante o TCM-PA que o Consultante esteja inserido no rol de legitimados do artigo supracitado.

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

Nos autos em epígrafe, verifica-se que o Consulente é o **Prefeito Municipal de Bom Jesus do Tocantins**, o que implica dizer que o Consulente dispõe de legitimidade para propor a presente consulta, conforme previsão do inciso I do artigo supracitado.

Traçadas as diretrizes regimentais aplicáveis por ocasião do juízo de admissibilidade consultiva, firmamos entendimento no sentido de que os presentes autos se revestem das formalidades mínimas necessárias ao seu processamento, destacadamente quanto à proposição, pertinência temática, competência jurisdicional e legitimidade do consulente.

III – DA ANÁLISE DE MÉRITO:

Preliminarmente, em resposta ao questionamento formulado nos vertentes autos, devemos fazer remissão antes de entrar no mérito próprio do caso em tela, do advento da Lei Federal n.º 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei Federal n.º 9.984, de 17 de julho de 2000.

A partir de uma análise perfunctória dos dispositivos trazidos pela *novel* legislação, que versa exatamente sobre o questionamento trazido pelo consulente, temos que observar alguns dispositivos para poder trazer o esclarecimento necessário. Vejamos:

Art. 10-B. Os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos desta Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei.

Resta claro na inteligência do artigo supramencionado, que deverá ocorrer à comprovação concessionária de que esta possui capacidade econômica-financeira para suportar o serviço em questão. Pois, de nada adiantará um aditivo com a inclusão de mais obrigações se a concessionária, atualmente contratada, não possuir condições de arcar com as cláusulas originárias.

Ademais, o novo Marco Regulatório, como era esperado, estabelece não somente a possibilidade, como também a necessidade de reavaliação dos contratos em vigência, notadamente para adequação do novo paradigma legal, o que comporta, em preliminar análise, a possibilidade de pactuação de novas cláusulas obrigacionais, voltadas para o alcance da máxima efetividade dos serviços prestados pela concessionária.

Neste sentido, transcrevemos:

Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

§1º. Os contratos em vigor que não possuírem as metas de que trata o caput deste artigo terão até 31 de março de 2022 para viabilizar essa inclusão.

§2º. Contratos firmados por meio de procedimentos licitatórios que possuam metas diversas daquelas previstas no caput deste artigo, inclusive contratos que tratem, individualmente, de água ou de esgoto, permanecerão inalterados nos moldes licitados, e o titular do serviço deverá buscar alternativas para atingir as metas definidas no caput deste artigo, incluídas as seguintes:

I - prestação direta da parcela remanescente;

II - licitação complementar para atingimento da totalidade da meta; e

III - aditamento de contratos já licitados, incluindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que em comum acordo com a contratada.

§3º. As metas de universalização deverão ser calculadas de maneira proporcional no período compreendido entre a assinatura do contrato ou do termo aditivo e o prazo previsto no caput deste artigo, de forma progressiva, devendo ser antecipadas caso as receitas advindas da prestação eficiente do serviço assim o permitirem, nos termos da regulamentação.

§4º. É facultado à entidade reguladora prever hipóteses em que o prestador poderá utilizar métodos alternativos e descentralizados para os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais consolidados, sem prejuízo da sua cobrança, com vistas a garantir a economicidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

§5º. O cumprimento das metas de universalização e não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento deverá ser verificado anualmente pela agência reguladora, observando-se um intervalo dos últimos 5 (cinco) anos, nos quais as metas deverão ter sido cumpridas em, pelo menos, 3 (três), e a primeira fiscalização deverá ser realizada apenas ao término do quinto ano de vigência do contrato.

§6º. As metas previstas neste artigo deverão ser observadas no âmbito municipal, quando exercida a titularidade de maneira independente, ou no âmbito da prestação regionalizada, quando aplicável.

§7º. No caso do não atingimento das metas, nos termos deste artigo, deverá ser iniciado procedimento administrativo pela agência reguladora com o objetivo de avaliar as ações a serem adotadas, incluídas medidas sancionatórias, com eventual declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito à ampla defesa.

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

§8º. Os contratos provisórios não formalizados e os vigentes prorrogados em desconformidade com os regramentos estabelecidos nesta Lei serão considerados irregulares e precários.

*§9º. Quando os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização na data referida no **caput** deste artigo, mesmo após o agrupamento de Municípios de diferentes portes, fica permitida a dilação do prazo, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 e haja anuência prévia da agência reguladora, que, em sua análise, deverá observar o princípio da modicidade tarifária."*

Resta-nos cristalino que a partir da leitura do dispositivo em questão, uma série de obrigações e alternativas podem ser adotadas pelos entes públicos, voltadas à obtenção do percentual desejado para fins de ampliação, aperfeiçoamento e modernização da estrutura utilizada para a prestação dos serviços previstos na concessão.

E como pode ser analisado, a partir do advento da legislação que atualizou o marco legal do saneamento básico, não se vislumbra uma problemática no termo aditivo desses contratos, desde que seja observada a legislação vigente e a busca efetiva pelo cumprimento das previsões desta.

Desta forma, resta ampla e manifesta a possibilidade de que poderá ter o termo aditivo no caso em tela objetivando a melhoria na prestação do serviço, em tudo observadas as diretrizes legais fixadas pela Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Objetivando assegurar resposta objetiva e conclusiva ao quesito formulado, além de breves orientações aos Poderes Municipais, assentamos que:

1. **“Conforme entendimento desta Corte, é lícita a formalização de termo aditivo sobre o contrato inicialmente pactuado, para incluir dentre as obrigações da concessionária a ampliação, aperfeiçoamento e modernização da estrutura utilizada para a prestação de serviços de abastecimento de água?”**

Resposta: Com o advento e vigência do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, a reavaliação dos contratos de concessão de serviços públicos previstos naquela Lei, é medida que se impõem, seja para adequação aos novos ditames estabelecidos, seja para aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas já existentes.

Desta forma, os referidos e transcritos legais, vigentes a partir de 2020, aportam as premissas legais para a pretendida revisão do contrato de concessão, mediante aditivo contratual, negociado com a contratada, sem prejuízo, na impossibilidade desta negociação, de avaliação quanto a necessidade e pertinência de novas contratações e/ou execução direta de serviços, em tudo observado e preservado o interesse da população municipal.

Por fim, esta DIJUR verifica que nos autos em questão, a municipalidade, ora CONSULENTE, encaminha instrumento contratual (fls.

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

04/28), o qual revela a existência de contrato de concessão vigente, desde 2007, para o qual inexistem informações lançadas junto aos sistemas informatizados deste Tribunal (Mural de Licitações e/ou Geo-Obras).

Tal situação, em parte, pode se ver estabelecer em função da anterioridade do ajuste firmado, visto que tais sistemas foram habilitados a partir de 2014, bem como pelo fato de não haver, em tese, dispêndio de recursos municipais, na manutenção do mesmo, visto que a remuneração da empresa concessionária se dá pelo tarifário cobrado dos usuários do serviço.

Ainda assim e, em especial, na hipótese de repactuação do sobredito contrato, por intermédio de Termo Aditivo, recomendamos a atuação da 3ª Controladoria de Controle Externo, no sentido de orientação ao jurisdicionado, quanto a referida alimentação, assegurando-se, desta forma, a melhor e mais ampla fiscalização deste Tribunal de Contas.

Traçadas tais considerações e por todo o aqui exposto, encaminhamos a manifestação preliminar, desta Diretoria Jurídica, para a competente e necessária apreciação desta Conselheira-Relatora, ressaltando, por necessário, o caráter opinativo e não vinculativo, do posicionamento firmado, pelo que, permanecemos a vossa disposição para qualquer esclarecimento adicional que entenda necessário.

Assim, considerando o atendimento das formalidades regimentais para seu processamento e a preliminar instrução, através da Diretoria Jurídica, deste TCM-PA, procedi com a apreciação da matéria, na forma do presente relatório e voto que submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema submetido.

É o relatório.

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c art. 231 e seguintes, do RITCM-PA (Ato 23)**, conforme análise preliminar estabelecida pela DIJUR, devidamente transcrita em relatório, sob a qual complemento, ainda, a inescusável pertinência e atualidade do tema em questão, quando apreciado em cotejamento com a **Lei Federal n.º 14.026**, de 15

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

de julho de 2020, que atualiza o **Marco Legal do Saneamento Básico**² e altera a **Lei Federal n.º 9.984**, de 17 de julho de 2000.

Nesta linha, revela-se como pertinente o debate no âmbito deste Tribunal, em especial quando se mantem a compreensão da evidente necessidade de revisão e/ou reavaliação dos vigentes contratos de concessão de serviços públicos de saneamento, para os quais há de se dar conformação e observância às atuais diretrizes estabelecidas, no âmbito da legislação federal de regência, em tudo observado o melhor interesse público, com o aperfeiçoamento dos serviços prestados à população, o que atrai, a toda evidência, a preconizada atuação pedagógica, junto aos nossos jurisdicionados, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, verificado o detalhamento e específico cotejamento da matéria com as previsões legais vigentes, diligentemente consignados pela **Diretoria Jurídica**, desta Corte, nos termos do **Parecer n.º 096/2021/DIJUR/TCMPA**, sob o qual estabeleço integral aderência e adoto, por conseguinte, como fundamento decisório, tal como transcrito, cumpre-me, apenas com fins didáticos e de fomento ao debate, traçar algumas breves ponderações, tal como seguem:

Em síntese, a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins suscita questionamentos quanto à licitude na adoção de procedimentos administrativos que balizem e conduzam à formalização de termo aditivo para inclusão de obrigações à empresa concessionária, com foco na ampliação, aperfeiçoamento e modernização da estrutura utilizada para a prestação de serviços de abastecimento de água do município.

Sob tal aspecto, revela-se que, conforme documentação carreada pelo Consulente, a consulta está vinculada a caso concreto, dada a existência de vigente contrato de concessão no âmbito da municipalidade, razão pela qual, com base no permissivo contido no **art. 233, §2º, do RITCMPA (Ato 23)**, passo a apreciação do tema, sob a forma de tese, não constituindo-se, portanto, prejudgamento do fato ou do

² **LEI FEDERAL N.º 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007:** *Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.*

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

caso concreto.

Para melhor compreensão do tema, cumpre-me, trilhando o parecer exarado pelo corpo jurídico deste TCMPA, destacar que a partir do advento e atualização do Marco Legal do Saneamento Básico, notadamente a partir da aprovação e sanção da **Lei Federal n.º 14.026/2020**, incontáveis alterações foram promovidas no então vigente modelo de concessão e prestação de serviços públicos de saneamento básico, fator este que, *per se*, já exigiriam a pretendida revisão dos contratos vigentes.

Não é demais destacar que, em geral, os contratos de concessão de serviços públicos, a exemplo dos vinculados ao abastecimento de água, de energia elétrica e de transportes, possuem prazos de vigência muito superiores aos contratos ordinariamente celebrados pela Administração Pública, dadas as limitações estabelecidas, pela ainda vigente **Lei Federal n.º 8.666/93**.

Dada a maior duração dos contratos de concessão, a revisão e atualização dos termos dos serviços contratados e prestados é medida que se impõe, seja no sentido de assegurar o aperfeiçoamento dos serviços executados pela concessionária, seja, tal como se dá a partir de 2020, no sentido de adequação aos novos contornos legais fixados.

Tal compreensão se fez espelhar nas recentes alterações legais, já referidas, ao que me permito, apenas a título ilustrativo, mais uma vez transcrever alguns dispositivos estabelecidos pela **Lei Federal n.º 14.026/2020**, que corroboram, diretamente, para a resposta à consulta formulada, tal como seguem:

Art. 10-B. Os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, autorizados nos termos desta Lei, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estarão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira da contratada, por recursos próprios ou por contratação de dívida, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até 31 de dezembro de 2033, nos termos do § 2º do art. 11-B desta Lei.

Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.

§1º. *Os contratos em vigor que não possuírem as metas de que trata o **caput** deste artigo terão até 31 de março de 2022 para viabilizar essa inclusão.*

§2º. *Contratos firmados por meio de procedimentos licitatórios que possuam metas diversas daquelas previstas no **caput** deste artigo, inclusive contratos que tratem, individualmente, de água ou de esgoto, permanecerão inalterados nos moldes licitados, e o titular do serviço deverá buscar alternativas para atingir as metas definidas no **caput** deste artigo, incluídas as seguintes:*

I - *prestação direta da parcela remanescente;*

II - *licitação complementar para atingimento da totalidade da meta; e*

III - **aditamento de contratos já licitados, incluindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro, desde que em comum acordo com a contratada.**

§3º. *As metas de universalização deverão ser calculadas de maneira proporcional no período compreendido entre a assinatura do contrato ou do termo aditivo e o prazo previsto no **caput** deste artigo, de forma progressiva, devendo ser antecipadas caso as receitas advindas da prestação eficiente do serviço assim o permitirem, nos termos da regulamentação.*

§4º. *É facultado à entidade reguladora prever hipóteses em que o prestador poderá utilizar métodos alternativos e descentralizados para os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais consolidados, sem prejuízo da sua cobrança, com vistas a garantir a economicidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.*

§5º. *O cumprimento das metas de universalização e não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento deverá ser verificado anualmente pela agência reguladora, observando-se um intervalo dos últimos 5 (cinco) anos, nos quais as metas deverão ter sido cumpridas em, pelo menos, 3 (três), e a primeira fiscalização deverá ser realizada apenas ao término do quinto ano de vigência do contrato.*

§6º. *As metas previstas neste artigo deverão ser observadas no âmbito municipal, quando exercida a titularidade de maneira independente, ou no âmbito da prestação regionalizada, quando aplicável.*

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

***§7º.** No caso do não atingimento das metas, nos termos deste artigo, deverá ser iniciado procedimento administrativo pela agência reguladora com o objetivo de avaliar as ações a serem adotadas, incluídas medidas sancionatórias, com eventual declaração de caducidade da concessão, assegurado o direito à ampla defesa.*

***§8º.** Os contratos provisórios não formalizados e os vigentes prorrogados em desconformidade com os regramentos estabelecidos nesta Lei serão considerados irregulares e precários.*

***§9º.** Quando os estudos para a licitação da prestação regionalizada apontarem para a inviabilidade econômico-financeira da universalização na data referida no **caput** deste artigo, mesmo após o agrupamento de Municípios de diferentes portes, fica permitida a dilação do prazo, desde que não ultrapasse 1º de janeiro de 2040 e haja anuência prévia da agência reguladora, que, em sua análise, deverá observar o princípio da modicidade tarifária."*

Aderindo ao posicionamento da DIJUR, a compreensão primeira que se pode estabelecer, em face dos dispositivos transcritos e, em especial, destacados, é que se fez preconizar a revisão dos contratos de concessão existentes, com vista a assentar tanto a viabilidade de continuidade dos mesmos, pelas empresas concessionárias, quanto a sua adequação às novas diretrizes aportadas ao saneamento básico no país.

Como não poderia ser diferente, o legislador federal, ao passo de preservar e assegurar o mínimo da segurança jurídica aos contratos em curso, aporta aos entes públicos uma série de alternativas destinadas a pavimentar os caminhos necessários ao atendimento do *novel* Marco Regulatório, tal como informado nos incisos I a III, do §2º, do art. 11-B, ao norte transcrito.

Outrossim, a toda evidência e, mais uma vez, aderindo integralmente ao entendimento assentado na análise da DIJUR, dentre as alternativas possíveis e esperadas das administrações municipais, agrega-se a de celebração de termo aditivo aos contratos atualmente vigentes, de modo a aderirem às regras previstas pela legislação federal de regência, em tudo observado, repita-se, a melhoria da qualidade dos serviços, sua maior eficiência e, decerto, o interesse público tutelado.

Desta forma, adoto à integralidade a resposta elaborada pelo órgão de instrução, ao específico quesito formulado nos presentes autos, tal como transcrevo:

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

"Conforme entendimento desta Corte, é lícita a formalização de termo aditivo sobre o contrato inicialmente pactuado, para incluir dentre as obrigações da concessionária a ampliação, aperfeiçoamento e modernização da estrutura utilizada para a prestação de serviços de abastecimento de água?"

Resposta: Com o advento e vigência do Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, a reavaliação dos contratos de concessão de serviços públicos previstos naquela Lei, é medida que se impõe, seja para adequação aos novos ditames estabelecidos, seja para aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas já existentes.

Desta forma, os referidos e transcritos legais, vigentes a partir de 2020, aportam as premissas legais para a pretendida revisão do contrato de concessão, mediante aditivo contratual, negociado com a contratada, sem prejuízo, na impossibilidade desta negociação, de avaliação quanto a necessidade e pertinência de novas contratações e/ou execução direta de serviços, em tudo observado e preservado o interesse da população municipal.

Ademais, não posso deixar de assentar entendimento, as evidências apuradas pela DIJUR, a qual cuidou, durante a instrução processual, de verificar o lançamento/disponibilização do aludido contrato de concessão, celebrado ainda em 2007, em nosso sistema informatizado, *in casu*, Mural de Licitações, instituído a partir de 2014, ao que novamente transcrevo:

Tal situação, em parte, pode se ver estabelecer em função da anterioridade do ajuste firmado, visto que tais sistemas foram habilitados a partir de 2014, bem como pelo fato de não haver, em tese, dispêndio de recursos municipais, na manutenção do mesmo, visto que a remuneração da empresa concessionária se dá pelo tarifário cobrado dos usuários do serviço.

Ainda assim e, em especial, na hipótese de repactuação do sobredito contrato, por intermédio de Termo Aditivo, recomendamos a atuação da 3ª Controladoria de Controle Externo, no sentido de orientação ao jurisdicionado, quanto a referida alimentação, assegurando-se, desta forma, a melhor e mais ampla fiscalização deste Tribunal de Contas.

Sob tal perspectiva e, mais uma vez retomando a formulação de resposta e entendimento consultivo, dentro da preconizada forma de "tese", entendo como indispensável a alimentação dos referidos procedimentos e contratos ainda vigentes, pelos municípios jurisdicionados, junto aos sistemas informatizados deste TCMPA,

RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

medida esta que se revela ainda mais necessária, a partir das possíveis e esperadas revisões e/ou alterações dos termos e condições de concessão, via aditivos contratuais.

Assim e, por fim, entendo pela necessidade de se ver estabelecer a devida repercussão geral da resposta à consulta formulada, a todos os Municípios jurisdicionados, assegurando-se tratamento uniforme e, sobretudo, de fortalecimento da transparência e da capacidade de fiscalização deste TCMPA, ao que, proponho, a partir do entendimento uniforme e unânime deste Colegiado, quanto aos termos e fundamentos da presente consulta, ver dada a repercussão geral, a qual se estabelece, sob a modalidade de Prejulgado de Tese, conforme disciplina do **art. 241, do RITCMPA³ (Ato 23)**.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário, propondo, por fim, a fixação da ementa ao ato decisório, tal como segue:

EMENTA: CONSULTA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. NOVO MARCO REGULATÓRIO LEGAL. TERMO ADITIVO. INCLUSÃO DE OBRIGAÇÃO PARA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS A PARTIR DA LEI FEDERAL N.º 14.026 DE 15 DE JULHO DE 2020, QUE ATUALIZA O MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO E ALTERA A LEI FEDERAL Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000. NECESSIDADE DE ALIMENTAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS VIGENTES.

1. As inovações assentadas pelas normas federais de regência impõem aos entes públicos a revisão e/ou atualização dos contratos de concessão de serviços de saneamento, destinadas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados junto à população.

2. Dentre as medidas autorizadas por lei, para a adequação dos serviços de saneamento básico, está autorizada a celebração de termos aditivos aos contratos vigentes.

3. Os processos e contratos de concessão de serviços públicos vigentes,

³ **Art. 241.** As decisões unânimes tomadas pelo Plenário em relação às consultas terão caráter normativo, após sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, constituindo Prejulgado de Tese e vinculando o exame de feitos sobre o mesmo tema, a partir de sua publicação, mas não constituem, porém, prejulgamento de fato ou caso concreto.

§1º. Entende-se por prejulgado de tese o pronunciamento de natureza interpretativa de fato ou direito em tese, com o objetivo de uniformizar a jurisprudência referente às consultas.

§2º. Cabe à Secretaria-Geral consolidar os entendimentos do Tribunal Pleno exarados em processos de consulta.



RESOLUÇÃO Nº 15.712/2021

3. *Os processos e contratos de concessão de serviços públicos vigentes, ainda que não comportem custos diretos, arcados pelo erário municipal deverão ser alimentados nos sistemas informatizados do TCMPA, assegurando-se transparência e fortalecimento do controle externo.*

4. *Decisão unânime, com repercussão geral, na forma do art. 241, do RITCMPA (ato 23).*

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 19 de maio de 2021.

MARA LUCIA
BARBALHO DA
CRUZ:23736879
253
Assinado de forma
digital por MARA LUCIA
BARBALHO DA
CRUZ:23736879253
Dados: 2021.05.20
10:50:42 -03'00'
Conselheira Mara Lúcia
Relatora